

XXIX REUNIÃO DA REDE NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA

DATA: 2 de outubro 2024

HORA: 10h00

LOCAL: Reunião decorreu em formato híbrido (presencial nas instalações sede AMA e à distância usando a plataforma Microsoft Teams)

PARTICIPANTES

Presencial

Agência para a Modernização Administrativa (AMA)

- Jorge Lagarto
- Rui Martinho
- Patrícia Paralta
- Rui Carneiro
- Dora Silva

Plataforma de Associações da Sociedade Civil – Casa da Cidadania (PASC)

- Luís Vidigal

Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA)

- Sérgio Pratas

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM)

- Susana Leal
- Nuno Branco

Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE)

- Gonçalo Abreu

Online

Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP)

- Juliana Ferraz Coutinho

Transparência Internacional – Portugal (TI)

- Jorge Máximo
- Karina Carvalho

Provedor de Justiça (PJ)

- João Tornada

AGENDA

Receção dos participantes

Abertura

III Plano de Ação Nacional de Administração Aberta

- Balanço semestral e ponto de situação dos compromissos
- Consulta pública e recomendações do Independent Reporting Mechanism
- Análise de alterações ao plano

Estatutos e Alargamento da Rede Nacional de Administração Aberta

- Apresentação dos resultados das reuniões bilaterais com os membros
- Debate sobre o futuro da Rede

Outros assuntos & Encerramento

Intervenções

1. Abertura

Foi dado o início à reunião com a informação de que a Senhora Ministra da Juventude e Modernização, Margarida Balseiro Lopes, não conseguirá estar presente na reunião por motivos de agenda, no entanto deixou, através de vídeo, uma mensagem de apoio à Rede Nacional de Administração Aberta (RNAA), destacando a importância do trabalho da RNAA e que foi partilhado com todos os membros presentes na reunião.

De seguida o **Diretor do LabX** apresentou o plano de trabalhos para esta reunião e objetivos de cada momento.

2. III Plano de Ação Nacional

De seguida foram apresentados cada um dos 7 compromissos e o ponto de situação enviado por cada uma das entidades responsáveis pela sua implementação.

Relativamente ao **1º compromisso**, a entidade responsável pela implementação do mesmo (**AMA**), referiu que não houve muita evolução em relação ao último ponto de situação, uma vez que não existiram novas iniciativas na promoção do portal Dados.gov nem +Transparência, só de capacitação sobre a Chave Móvel Digital.

No que diz respeito ao **2º compromisso** passou-se a palavra à **CADA** que referiu ser um compromisso partilhado com a ANMP. Este compromisso incide sobre:

- a realização alargada de ações de promoção da lei e de participação em conferências e seminários, de forma regular e em linha com o plano traçado para os quatro anos de execução do III Plano:
 - Foi mencionada a realização de duas ações de formação de longa duração para os Responsáveis de Acesso à Informação (RAI), em articulação com a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação (BAD) e outra com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Vão ser estabelecidos contactos formais com o INA para que esta formação venha a integrar o catálogo de formação.
 - Neste momento os workshops só serão com autarquias locais (4 no continente e envolverá a ANMP e a ANAFRE). A receptividade tem sido boa, pois tem havido procura nas inscrições. Para um segundo momento, e por sugestão da ANMP,

vão avaliar a ligação com as CCDR para permitir maior descentralização das iniciativas.

- Elaboração de um manual de apoio que apesar de já estar pronto a nível de conteúdos aguarda melhorias a nível da paginação para ser posteriormente divulgado no site da CADA e da ANMP e distribuído nos workshops com as autarquias locais.
 - Em discussão com os presentes foi lançada a ideia de o manual poder vir a ser adaptado para um formato digital. A PASC-CC propõe a disponibilização dos conteúdos didáticos (powerpoints) e com Licença Creative Commons para que possam ser disponibilizados a um público alargado e que se estabeleça contactos com a FEFAL- Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais.

Quanto ao **compromisso 3**, a CADA informa que foi dado como concluído, e a avaliação de impacto vai permitir ao legislador ter informação para futuras alterações sobre a implementação da lei (LADA) e os seus efeitos, e referido que a avaliação foi enviada a todos os grupos parlamentares para, do ponto de vista político, ser feita também uma reflexão à LADA.

Para o ponto de situação do **compromisso 4**, não estando presente o ponto de contacto da AT, foram prestados esclarecimentos por parte da AMA que colabora diretamente na execução das ações para a disponibilização de informação dos benefícios fiscais de pessoas coletivas no portal + Transparência. Referiram-se que foram realizadas reuniões com a AT para se ultrapassar alguns obstáculos no transporte dos dados e que a AMA está a desenvolver aplicações para ler a informação enviada em formato PDF pela AT e transpor esses dados num formato para ser partilhável no portal. Alguns participantes levantaram a questão porque é que tem de haver um PDF com os dados uma vez que essa informação já deve existir em formato digital no Portal das Finanças. A TI Portugal afirma que, quando esta informação estiver disponível, terá um grande impacto comunicacional, pois permitirá perceber qual foi o benefício fiscal aplicado nos grandes investimentos, sendo muito importante para o escrutínio da equidade do regime fiscal em Portugal.

Avançamos para o **compromisso 5**, cuja entidade responsável pela sua execução é a DGAEP que não é membro efetivo da Rede, mas que enviou o ponto de situação partilhado com os presentes.

Para os compromissos 6 e 7 deu-se a palavra à SGPCM que pediu para dar uma nota prévia a todos os participantes. Referiram que, neste momento, a Secretaria-Geral encontra-se num processo de reforma com a extinção da estrutura atual, cujas funções atuais serão umas transferidas para a nova Secretaria-Geral do Governo e outra parte dessas funções passarão para a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) e para a eSPaP. Assim:

- a equipa que atualmente está a trabalhar no **compromisso 6** poderá passar para a IGF durante o período de execução do compromisso e, por isso, não conseguem prever o andamento das atividades previstas, havendo algum receio quanto ao seu cumprimento. A atividade 1 já falhou o prazo inicialmente previsto, sendo recalendarizada para dezembro de 2024. Foi deixado em aberto, para reflexão futura, com os restantes membros, para se avaliar se há alguma âncora, outra entidade, que possa apoiar a execução do compromisso face ao que vier a ser definido dentro de um mês sobre o futuro das funções da SGPCM.

- Sobre o **compromisso 7**, foi dada a indicação de que a sua execução não levanta tantas questões, pois as atividades continuarão afetas à mesma equipa (SEDE-Serviço Educativo para a Democracia) e que por isso é previsível o sucesso da sua execução. A atividade que está mais atrasada é a realização de podcasts, apesar de já haver planeamento de conteúdos, mas o prazo final é dezembro de 2027. A TI Portugal informou estar disponível para colaborar na divulgação e relação com os cidadãos para uma maior cidadania participativa e ética e que caso a SGPCM identificasse oportunidades em que pudessem acrescentar valor que lhes contactassem.

Após a análise dos sete compromissos apresentou-se um resumo das considerações do Independent Reporting Mechanism sobre o III PANAA. Não tendo sido levantada qualquer questão pelos presentes.

Antes de se avançar para o ponto seguinte da reunião, foi dada a palavra ao novo representante da ANJE, Gonçalo Abreu, que explicou que a entidade tem agora uma nova Direção que assumiu funções há pouco de um mês e tem background na área da inteligência artificial e enquanto cidadão e jovem tem sentido uma grande evolução no acesso aos serviços públicos digitais.

3. Estatutos e Alargamento da Rede Nacional de Administração Aberta

Apresentaram-se os resultados das reuniões bilaterais com os oito membros entrevistados, percebendo-se também a razão de não ter sido possível agendar com a ANJE face à transição de Direção. Os resultados globais da auscultação foram divididos em cinco dimensões: i) Proposta de valor da RNAA; ii) Avaliação do III Plano de Ação; iii) Relação com a OGP Internacional; iv) Modelos de funcionamento da RNAA; v) Alargamento da Rede.

No seguimento deste ponto, o LabX dinamizou uma sessão colaborativa para reflexão dos membros sobre uma visão de futuro da Rede, envolvendo os que se encontravam presencialmente como os que se encontravam virtualmente. O exercício “Construir o Futuro da RNAA” pretendeu analisar duas linhas principais da atuação da RNAA - “Governança e Estrutura” e “Futuros Compromissos” – e foi pedido que cada entidade gerasse e partilhasse ideias para alterações em cada uma dessas linhas de atuação.

Foi combinado com os membros que se enviaria um documento que, partindo dos contributos das entrevistas das reuniões bilaterais e da sessão, resumisse esta pesquisa exploratória sobre o futuro da Rede.

4. Outros assuntos & encerramento

No ponto relacionado com **Outros Assuntos**, foi lançada a questão se vai haver uma plataforma colaborativa da Rede para partilha de documentos. A AMA informou que está a avaliar uma plataforma, possivelmente integrada na Bússola, permitindo o acesso a membros externos da administração pública.

Ficou definido, entre os presentes, que a próxima reunião da RNAA será realizada no próximo dia 2 de dezembro de manhã, em formato presencial, mas com possibilidade de participação online.